

Documento Metodológico

Notariado - Mapa Actividade Mensal (Mod 283)

Código: 556

Versão: 1.0

Introdução

Com vista à elaboração de um instrumento de notação que caracterizasse a actividade dos cartórios notariais uma vez que a informação gerada nos Registos e Notariado era considerada de relevante interesse não só para efeitos de gestão dos próprios serviços, mas também como importante indicador macroeconómico, foi constituído um grupo de trabalho composto por elementos do então GPLP, INE e DGRN, esta representada por entidades dos cartórios notariais.

Assim, 1988 após a implementação do modelo 283 – mapa mensal de actividade, as referidas entidades determinaram que o seu preenchimento seria efectuado por todos os cartórios e secretarias notariais a nível nacional.

Com o decorrer do inquérito, constatou-se que alguns quesitos permitiam interpretações diferentes por parte das entidades aquando do seu preenchimento, tais como (actos notariais ou escrituras públicas; a não coerência entre o número de verbetes extraídos e o indicado no mapa mensal, e outros) surgindo assim a necessidade de se proceder a diversos ajustamentos do referido instrumento de notação. Estas limitações, aliadas às constantes alterações legislativas, exigiram uma nova revisão dos instrumentos de notação que são utilizados na constituição da base de dados estatística dos serviços de registo e notariado.

Desde a sua implementação, tem sido preocupação da DGPJ proceder à actualização dos instrumentos de notação, em obediência às alterações legislativas que vão ocorrendo, de modo a ser possível avaliar o impacto dessas medidas.

Em Janeiro de 2005, com o início do novo sistema de recolha da informação estatística (SIEJ) que vem dar origem ao inquérito electrónico (web) em substituição do inquérito em papel, contemplaram-se as reestruturações pretendidas, tanto as suscitadas pelas entidades como as legislativas, consultando-se para o efeito os mesmos intervenientes aquando da sua criação.

Capítulo I – Caracterização Geral

1. Código/versão:

556 / 1.0

2. Código SIGINE:

Não aplicável

3. Designação:

Modelo 283 – Actividade Mensal – Notariado

4. Actividade Estatística:

Não aplicável

5. Objectivos:

O modelo 283 – mapa mensal de actividade do notariado, tem como objectivo contabilizar o número de escrituras e alguns actos celebrados por escritura praticados pelos mesmos, tais como (contratos de compras e vendas de prédios, mútuos com hipoteca voluntária, constituição de pessoas colectivas e entidades equiparadas, dissolução de pessoas colectivas e entidade equiparadas, com o preenchimento de verbetes caracterizadores destes actos) e ainda protestos de efeitos comerciais e outros actos.

Este instrumento tem como objectivos, essencialmente, por um lado, servirem de guias de remessa dos verbetes a enviar ao então GPLP, e por outro de poderem ser utilizados como indicadores de gestão dos próprios serviços da DGRN.

A recolha desta informação constitui fonte de informação com fins de utilização em áreas como a economia e gestão.

6. Descrição:

Recolha de informação estatística sobre escrituras e alguns actos celebrados por escritura nos cartórios notarias (públicos e privados).

Esta operação estatística caracteriza-se: pelo carácter exaustivo/recenseamento (todas as unidades são observadas); pela periodicidade mensal; pelo âmbito geográfico nacional; as fontes de informação

utilizadas são directas (as unidades estatísticas disponibilizam a informação); a recolha de informação processa-se através da utilização de um formulário electrónico web; as unidades estatísticas são os cartórios notariais (públicos e privados);

7. Entidade Responsável:

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico Responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Contactos: 217924000 (Telf) 217924080 (Fax)

E-mail: cooreio@dgpj.mj.pt

8. Relacionamento com o EUROSTAT/Outras Entidades:

A DGPJ é o Órgão do Sistema Estatístico Nacional, com delegação de competências para a área das Estatísticas da Justiça, com a responsabilidade da recolha, validação e divulgação da informação relativa ao modelo 283 – Notariado (Actividade Mensal). O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da operação estatística).

9. Financiamento

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e das Notações do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça).

10. Enquadramento Legal

- Decreto-lei n.º 64-A/2000, de 22 de Abril
- Decreto-Lei n.º 2/2005, de 4 de Janeiro – Sociedades anónimas europeias.

11. Obrigatoriedade de Resposta

Resposta obrigatória ao SEN, pela Lei nº6/89, de 15 de Abril, fazendo assim parte integrante da produção estatística produzida no âmbito do SEN.

SEN – Sim

EUROSTAT – Não

12. Tipo de Operação Estatística

É um Recenseamento com recolha de informação Exaustiva, uma vez que se observa todas as unidades estatísticas (Cartórios Notariais).

13. Tipo de Fonte de Informação Utilizada

A fonte de informação é Directa, uma vez que a informação é recolhida directamente junto das unidades estatísticas, neste caso as Cartórios Notariais.

14. Periodicidade de Realização da Operação

A periodicidade da operação é mensal.

15. Âmbito Geográfico da Operação

País: Portugal (Região Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira)

16. Utilizadores da Informação

Internos (ao Sistema de estatística Nacional):

- Direcção-Geral da Política de Justiça

Nacionais:

- Administração Pública Central - Ministério da Justiça (utiliza toda a informação produzida),
- Pessoas singulares - Utilizadores Individuais (utilizam parte da informação produzida (para realização de trabalho académicos); Comunicação Social (utilizam parte da informação para difusão do fenómeno em estudo – actividade dos Cartórios Notariais)

17. Data de Início/Fim

Início:

01/01/1988 – Início da aplicação do Modelo 283, através de inquérito em papel;

01/01/2005 – Início da aplicação do Modelo 283, através de recolha web;

Recolha contínua dos dados ao longo do ano.

18. Produtos

Padrão de Qualidade/Prazo de Disponibilidade Ideal da Informação:

A disponibilização da informação mensal dá-se num período até mês e meio (45 dias) após a recolha da mesma;

Designação: Mapa Mensal de Actividade – Notariado;

Tipo: Quadros pré-definidos;

Periodicidade de Disponibilização: Mensal;

Nível Geográfico: Cartório Notarial (públicos e privados) em território nacional (uma vez que correspondem às unidades mais desagregadas para as quais é possível disponibilizar a informação);

Tipo de Disponibilização: Não sujeito a Tarifação;

Utilizadores

Internos: Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)

Nacionais: Organismos públicos

Imprensa

Utilizadores Individuais

Capítulo II – Caracterização Metodológica

19. População

Todos os cartórios notariais (públicos e privados) existentes em Território Nacional.

No caso particular do Modelo 283, o Universo (das unidades estatísticas) coincide com o Universo de Referência para a aplicação da operação estatística

20. Base de Amostragem

A Base de Amostragem está disponível no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ), onde é possível obter uma listagem dos cartórios notariais existentes em território nacional (cerca de 468 unidades), existe de igual forma, disponível no website DGRN uma listagem dos cartórios notariais segundo a sua natureza (públicos e privados).

21. Unidade Amostral

Relativamente ao Modelo 283 a unidade de estudo é o cartório notarial

22. Unidade de Observação

Cartório Notarial

23. Desenho da Amostra

Não aplicável

24. Desenho do Questionário

Metodologia:

O Modelo 283 – Mapa mensal de actividade – Notariado, elaborado por um grupo de trabalho no qual figuravam elementos do GPLP, INE e da DGRN sob a forma de elementos dos vários departamentos (conservatórias e notários). Foi implementado em 1988 com o fim de recolher a actividade dos cartórios notariais (contabilização de actos e caracterização de alguns actos celebrados por escritura através do preenchimento de verbetes tais como de constituição de pessoas colectivas e entidades equiparadas, dissolução de pessoas colectivas e entidades equiparadas, contrato de compra e venda de prédios e de mútuo com hipoteca voluntária e protesto de efeitos comerciais).

Na passagem do inquérito em suporte papel para inquérito electrónico (web), em Janeiro de 2005, após o desenvolvimento do questionário electrónico, foram realizados testes aos formulários, tendo-se procedido à sua experimentação por partes das entidades informadoras. Desta forma, criou-se um ambiente de qualidade (fase de pré-teste) destinado a proceder aos testes necessários à optimização do modelo que depois de consolidado passou para o ambiente de produção.

25. Recolha dos Dados:

Período de Referência dos Dados: Mês;

Período de Recolha: Até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que respeita a informação;

Data de Expedição: Não aplicável;

Contacto Inicial: Não aplicável;

Método de Recolha: Até 31/12/2004 questionário em papel; a partir de 01/01/2005 questionário electrónico/web;

Insistências/Tratamento de Recusas: as insistências junto das entidades informadoras ocorrem principalmente através do correio electrónico inerente ao SIEJ, se por ventura, a omissão da informação persistir, envia-se uma nota de aviso ao notário responsável pelo cartório notarial em questão, em última instância envia-se uma nota de aviso ao DGRN com conhecimento desta missiva ao respectivo notário;

Critério utilizado para fecho do inquérito: Não aplicável, uma vez que se pretende para este instrumento de notação uma taxa de resposta de 100%;

Inquiridos Proxy: Não aplicável;

Utilização de Incentivos: Não aplicável;

Disponibilização de Apoio aos Respondentes:

- Manual de Preenchimento do modelo 283 – O preenchimento do mapa mensal de actividade;
- O próprio formulário Web possui, em cada ecrã, uma hiperligação para a “Ajuda”, com indicações precisas para o seu preenchimento);
 - Por telefone;
 - Por correio electrónico disponível na aplicação do SIEJ;

Captura dos Dados

Entrada de Dados: Recolha electrónica;

Codificação: codificação automática;

Software Utilizado: Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ) através do programa de software SQL.

26. Tratamento dos Dados

O método de tratamento da informação compreende a notação sumária de mapas de situação/actividade e por ocorrências. A validação da coerência (referente ao número de actos) é feita através da comparação dos mapas mensais de actividade (contendo o número total de actos) na forma do instrumento de notação n.º 283 (cartórios notariais) e o total de verbetes (caracterizadores de alguns actos praticados) recebidos nesse mesmo mês.

Para obter informação precisa foram introduzidas mensagens de erro ou de confirmação nos formulários electrónicos (web), a fim de, antes de cada modelo ser enviado, alertar o utilizador para o não cumprimento das validações existentes no sistema. Só quando as validações se observam o modelo poderá ser enviado com sucesso;

Validação electrónica dos dados no momento do preenchimento do formulário web pelas entidades notadoras;

Análise de relatórios de validação que permitem aferir da qualidade da informação recolhida.

27. Tratamento de Não Respostas

Aplicação do SIEJ para controlo dos mapas em falta. Se a ausência da informação persistir, as insistências junto das entidades informadoras fazem-se por contacto telefónico, correio electrónico inerente ao SIEJ, ou por ofício junto das entidades em falta e ainda à DGRN com conhecimento ao notário.

Não se aplica tratamento de não-respostas, uma vez que o objectivo é a obtenção de uma taxa de resposta de 100%.

28. Estimação e Obtenção de Resultados

A estimação de resultados não se aplica a esta operação estatística. Os dados são obtidos por agregação dos valores efectivos e sujeitos a uma análise descritiva.

Os resultados são tratados através de um sistema de datawarehouse e divulgados através da produção de relatórios de exploração estatística desenvolvidos com software SAS.

Software Utilizado: Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ);

SQL Server 2000; IBM DB2; SAS.

29. Séries Temporais

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade.

30. Confidencialidade dos Dados

Segundo a Lei nº6/89 de 15 de Abril, o princípio do segredo estatístico é aplicado aos dados, de forma a não permitir qualquer identificação directa ou indirecta das unidades estatísticas observadas.

31. Avaliação da Qualidade Estatística

Não aplicável

32. Recomendações Nacionais/Internacionais

Não aplicável

III – Conceitos e Códigos contidos no Instrumento de Notação 9626

331 – **Agrupamento Complementar de Empresas** (Contrato entre pessoas singulares ou colectivas ou sociedades que, sem prejuízo da personalidade jurídica de cada uma, visa melhorar as condições de exercício ou de resultado das suas actividades económicas. Adquire personalidade jurídica com a inscrição do acto constitutivo no registo comercial);

332 – **Agrupamento Europeu de Interesse Económico** (Entidade jurídica de carácter internacional e de tipo associativo, com fim económico mas não lucrativo, que visa facilitar ou desenvolver a actividade económica dos seus membros e aumentar os resultados daquela actividade);

364 – **Cooperativa** (Pessoa colectiva, com capital e composição variáveis, que visa, através da cooperação e entreajuda dos seus membros e na observância dos princípios cooperativos, a satisfação, sem fins lucrativos, das necessidades económicas, sociais e culturais dos seus associados);

383 – **Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada** (Estabelecimento comercial constituído por uma única pessoa singular para exercício de uma actividade mercantil à qual afecta parte do seu património (capital inicial do estabelecimento), único que responde pelas dívidas resultantes das actividades compreendidas no seu objecto);

407 – **Justificação Notarial** (Consiste na declaração feita em escritura pública pelo interessado (e confirmada por três declarantes tidos como idóneos pelo notário) no estabelecimento, reatamento ou estabelecimento de novo trato sucessivo em que aquele afirma ser titular, com exclusão de outrém, do direito a que se arroga, especificando a causa da aquisição e as razões que o impossibilitam de o comprovar pelos meios normais, com reconstituição de sucessivas);

445 – **Protesto** (Acto autêntico destinado essencialmente a estabelecer a prova de certos factos positivos ou negativos que influem no desenvolvimento e exercício dos direitos cambiários, principalmente a falta de aceite ou de pagamento de uma letra ou outros títulos);

- 447 – **Pública-Forma** (Cópia de teor, total ou parcial, expedida por notário e extraída de documentos avulsos que lhe sejam apresentados para esse efeito);
- 448 – **Quitação** (Declaração feita pelo credor de que recebeu a prestação e de que considera o devedor livre da respectiva obrigação. Ao documento avulso onde é exarada a quitação chama-se recibo);
- 479 – **Testamento Cerrado** (Testamento escrito e assinado pelo testador ou por outra pessoa a seu rogo, ou escrito por outra pessoa a rogo do testador e por este assinado. Este deve ser aprovado e aberto por notário podendo, por vontade do testador, ficar depositado em repartição notarial);
- 480 – **Testamento Público** (Testamento escrito por notário no seu livro de notas, na presença de testemunhas e contendo as formalidades exigidas por lei);
- 2029 – **Associação** (Pessoa colectiva de substracto pessoal que não tem fim lucrativo);
- 2030 – **Fundação** (Pessoa colectiva de substracto patrimonial que tem por fim a realização de uma finalidade determinada pelo fundador);
- 2041 – **Sociedade Civil sob Forma Comercial** (Sociedade que não tem por objecto a prática de actos de comércio, mas que se constitui de acordo com um dos tipos previstos no Código das Sociedades Comerciais);
- 2028 – **Empresa Pública** (Sociedade constituída nos termos da lei comercial, na qual o estado ou outras entidades públicas estaduais possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma directa ou indirecta, uma influência dominante em virtude de alguma das seguintes circunstâncias: a) detenção da maioria do capital ou do direito de votos; b) direito de designar ou de destituir a maioria dos membros dos órgãos da administração ou de fiscalização);
- 3314 – **Cartório Notarial** (Órgão dependente do Ministério da Justiça através da Direcção-Geral dos Registo e Notariado. Recebe todos os actos e contratos a que as partes devam ou queiram atribuir o carácter de autenticidade próprio dos actos públicos e para lhe dar data certa, conservá-los e extrair cópias e certidões);
- 3413 – **Locação Financeira (Leasing)** (É o contrato pelo qual uma das partes se obriga, contra retribuição, a conceder à outra o gozo temporário de uma coisa, adquirida ou construída por indicação desta e que a mesma pode comprar, total ou parcialmente, num prazo convencionado, mediante o pagamento de um preço determinado ou determinável, nos termos do próprio contrato);
- 3723 – **Certidão** (Documento autêntico destinado a comprovar actos constantes dos registos ou arquivos de qualquer repartição pública);

3743 - **Habilitação** (Direito Civil; Processo Civil; Notariado) (A habilitação de herdeiros pode ser judicial ou extrajudicial. A habilitação judicial é um incidente que deve ser promovido sempre que na pendência de uma acção falece uma das partes, promovendo para tal os seus sucessores, alguns deles ou a parte sobreviva a substituição do falecido);

3774 – **Reclamação** (Impugnação da decisão junto do próprio órgão que a proferiu);

3787 – **Propriedade Horizontal** (Regime de um edifício dividido em fracções, constituindo unidades independentes e isoladas, pertencentes a proprietários diversos. A propriedade horizontal pode constituir-se por negócio jurídico, usucapião ou decisão judicial, proferida em acção de divisão de coisa comum ou em processo de inventário).

IV – Classificações

Designação: Listagem dos cartórios notariais (públicos e privados) existentes em território nacional;

V – Variáveis

33. Variáveis de Observação

- Escrituras
- Alguns actos celebrados por escritura
- Testamentos públicos
- Instrumentos avulsos
- Reconhecimentos
- Termos de autenticação
- Certificados
- Certidões
- Públicas formas e conferências
- Fotocópias – informação

34. Variáveis Derivadas

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação

V – Suportes de Recolha

35. Questionário(s)

Questionário: Mapa Mensal de Actividade – Notariado (Instrumento de Notação nº 9626)

Entidade que responde ao questionário no formato:

Formato Web: Cartórios Notariais (públicos e privados);

Instruções de Preenchimento do Questionário: Manual de Preenchimento do modelo 283

VII – Abreviaturas e Acrónimos

GPLP – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

DSEJ – Divisão de Serviços da Estatística da Justiça

INE – Instituto Nacional de Estatística

CSE – Conselho Superior de Estatística

SEN – Sistema Estatístico Nacional

DGRN – Direcção-Geral dos Registos e Notariado

SIEJ – Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE

SQL – Structure Query Language

SAS – Statistics Analysis System

EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias

VIII – Bibliografia

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística
- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Website do EUROSTAT: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>
- Website da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado: <http://www.dgrn.mj.pt/>